



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ARQUIVOLOGIA

CAMPUS: GOIABEIRAS					
CURSO: ARQUIVOLOGIA			2019/1		
DEPARTAMENTO RESPONSÁVEL: DEPARTAMENTO DE ARQUIVOLOGIA					
PROFESSOR RESPONSÁVEL: MAIRA CRISTINA GRIGOLETO					
CÓDIGO	DISCIPLINA OU ESTÁGIO			PRÉ-REQUISITO	
ARV04428	LEGISLAÇÃO SOBRE GUARDA DE DOCUMENTOS			ARV04415 - GESTÃO DE DOCUMENTOS I	
CRÉDITO	CARGA HORÁRIA TOTAL	DISTRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA			
		TEÓRICA	EXERCÍCIO	LABORATÓRIO	SEMANTAL
4	60h	60	0	0	4

EMENTA (Tópicos que caracterizam as unidades dos programas de ensino)

Prazos prescricionais e decadência de documentos.

OBJETIVOS (Ao término da disciplina o aluno deverá ser capaz de:)

Geral: Desenvolver uma postura de constante indagação, reflexão e busca de soluções para os desafios que atravessam a prática arquivística, tomando como referência para isso linguagens e conceitos próprios da Arquivologia, com ênfase nas políticas públicas de arquivo/informação e na legislação arquivística brasileira.

Específicos: * Identificar as principais leis, decretos e parâmetros legais sobre prazos prescricionais e precaucionais, deslocando a reflexão para a questão do sigilo e do acesso aos documentos arquivísticos.

* Conhecer os desafios enfrentados pelo profissional no que se refere à política e legislação arquivística.

* Desenvolver uma postura crítica frente às políticas públicas de informação e a legislação arquivística.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Políticas públicas: conceitos e análises
2. Política nacional de arquivos: percursos e barreiras
3. Legislação Arquivística: contextualização e análise

METODOLOGIA

A disciplina será desenvolvida intercalando a sistemática de aulas teóricas expositivas dialogadas, com auxílio de quadro branco e projetor multimídia, e a realização de atividades orientadas (individuais e em grupo) para a sistematização e fixação do conteúdo abordado. Vale ressaltar que algumas atividades serão realizadas à distância, com a utilização do Portal do Professor para orientações devidas, não ultrapassando 20% da carga horária total (12h).

RECURSOS

Audiovisuais, quadro, textos impressos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Básica

1. CONARQ. **Legislação arquivística brasileira**. Rio de Janeiro: CONARQ, 2015. Disponível em: http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/media/CONARQ_legarquivos_dezembro_2014_pdf.pdf. Acesso em: 10 nov. 2015.
2. JARDIM, José Maria. **Políticas públicas arquivísticas: princípios, atores e processos**. Arquivo & Administração, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 5-16, 2006. Disponível em: http://www.aab.org.br/wp-content/uploads/2014/05/2006_05_JULHO-A-DEZEMBRO.pdf. Acesso em: 12 fev. 2015.
3. _____. O inferno das boas intenções: legislação e políticas arquivísticas. In: MATTAR, Eliane (Org). **Acesso à informação e política de arquivos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.
4. MARTINS, Paula Ligia. Acesso à Informação: um direito fundamental e instrumental. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 24, n.1, p. 233-244, jan/jun 2011. Disponível em: <http://www.revistaacervo.an.gov.br/seer/index.php/info/article/view/476/399>. Acesso em: 19 jan. 2015.
5. RODRIGUES, Georgete Medleg. Legislação de Acesso aos Arquivos no Brasil: um terreno de disputas pela memória e pela história. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 257-286, jan/jun 2011. Disponível em: <http://linux.an.gov.br/seer/index.php/info/article/viewFile/478/401>. Acesso em: 20 nov. 2013.
6. SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. **O Arquivista e as políticas públicas de arquivo**. Texto apresentado originalmente no II Congresso Nacional de Arquivologia. Porto Alegre ? RS, julho de 2006. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1026/1/EVENTO_ArquivistaPoliticaPublicaArquivo.pdf?origin=publication_detail. Acesso em: 19 jan. 2015.

Complementar

- INDOLFO, Ana Celeste. O acesso às informações públicas: retrocessos e avanços da legislação brasileira. **Informação Arquivística**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 4-23, jan./jun., 2013. Disponível em: <http://www.aaerj.org.br/ojs/index.php/informacaoarquivistica/article/view/14/10>. Acesso em: 07 nov. 2016.
- JARDIM, José Maria. A Diversidade arquivística e políticas de arquivo. **PontodeAcesso**. Salvador, v. 3, n. 1, p. 46-59, abr. 2009. Disponível em: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/3312/2422>. Acesso em: 12 fev. 2015.
- JARDIM, José Maria. Políticas públicas de informação: a (não) construção da política nacional de arquivos públicos e privados (1994-2006). **IX ENANCIB**, 2008. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/30774-32938-1-PB.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2016.
- PEREIRA, Potyara A. P. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. In: BOSCHETTI, Ivanete. et al (Org). **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação do andamento da disciplina e do desempenho dos alunos ocorrerá durante o desenvolvimento do curso e envolverá prova, trabalhos individuais e em grupo. Estão planejadas duas notas por semestre, N1 e N2, respectivamente. A primeira nota será formada por atividades orientadas para sistematização e fixação do conteúdo dos referenciais bibliográficos e atividades em grupo, totalizando 10 pontos. A segunda nota será dada por uma avaliação individual, totalizando 10 pontos. Sendo assim, a média parcial do semestre será dada pela média aritmética das duas notas, a saber: Média parcial = $(N1 + N2)/2$

Caso a média parcial seja maior ou igual a 7,0, o aluno estará aprovado.

Caso a média parcial seja menor que 7,0 (média parcial), o aluno terá oportunidade de fazer a prova final. Neste caso, a prova final terá pontuação de 0 a 10, e a média final será composta pela média aritmética entre a média parcial e a prova final. Caso a média final for maior do que 5,0, o aluno estará aprovado. Caso contrário, o aluno estará reprovado.

$$[(\text{média parcial}) + (\text{nota da prova final})] / 2 = \text{média final}$$

OBSERVAÇÃO I

Na disciplina equivalente, Políticas Arquivísticas I, a ementa é diferenciada, algumas referências da Bibliografia Básica não estão contempladas e outras foram indicadas como Bibliografia Complementar.

OBSERVAÇÃO II

Na disciplina equivalente, Políticas Arquivísticas I, são apresentadas as seguintes referências adicionais a Bibliografia Básica:

SANTOS, Zenaide de Freitas. **Dimensões arquivísticas na implementação da Lei de Acesso à Informação:** perspectivas no poder executivo do Estado do Rio de Janeiro. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Centro de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: [file:///C:/Users/W7/Downloads/LAI%20-%20Rio%20de%20Janeiro%20-%20Zenaide%20de%20Freitas%20Santos%20-%20disserta%C3%A7%C3%A3o%20de%20mestrado%20-%2001-06-2016%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/W7/Downloads/LAI%20-%20Rio%20de%20Janeiro%20-%20Zenaide%20de%20Freitas%20Santos%20-%20disserta%C3%A7%C3%A3o%20de%20mestrado%20-%2001-06-2016%20(1).pdf). Acesso em: 02 jun. 2016.

SILVA, Luiz Carlos da. **Políticas Públicas de Arquivo:** a gestão documental do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Ciência da Informação. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2013. Disponível em: http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/ECIC-9C2NQR/pol_ticas_p_blicas_de_arquivo_a_gest_o_documental_do_arquivo_p_blico_do_estado_do_esp_rito_santo.pdf?sequence=1. Acesso em: 01 jun. 2016.

OBSERVAÇÃO III

Serão indicados textos extras para o aprofundamento das discussões propostas nas Bibliografias Básica e Complementar.